

A N E X O I

Garantias para os Investimentos Patrocinados nos Termos do Artigo 24

Artigo 1

Do Patrocínio

a) Qualquer país-membro poderá patrocinar, por meio da concessão de garantias, investimento a ser realizado por investidor de qualquer nacionalidade ou por investidores de qualquer uma dentre diversas nacionalidades.

b) Nos termos do disposto nas Seções (b) e (c) do Artigo 3 do presente Anexo, cada membro patrocinador partilhará com outros membros patrocinadores as perdas verificadas no âmbito de garantias estendidas a investimentos patrocinados, quando e na medida em que essas perdas não puderem ser cobertas com recurso ao Fundo Fiduciário de Patrocínio, citado no Artigo 2 do presente Anexo. Essa participação dar-se-á de acordo com a proporção representada pela soma máxima de obrigações contingentes referentes aos investimentos por ele patrocinados em relação ao total de obrigações contingentes referentes às garantias de investimentos patrocinados por todos os países-membros.

c) Nas suas decisões relativas à emissão de garantias nos termos do presente Anexo, a Agência prestará a devida atenção às circunstâncias de que o membro patrocinador esteja em condições de fazer frente às suas obrigações nos termos deste Anexo, dando prioridade aos investimentos que forem co-patrocinados pelos países anfitriões correspondentes.

d) A Agência deverá realizar consultas periódicas aos membros patrocinadores com relação a suas operações no âmbito do presente Anexo.

Artigo 2

Fundo Fiduciário de Patrocínio

a) Os prêmios e outros rendimentos oriundos de garantias concedidas a investimentos patrocinados, incluindo os lucros provindos da aplicação dessas quantias, serão depositados em uma conta separada e isolada denominada Fundo Fiduciário de Patrocínio.

b) Todas as despesas e os pagamentos administrativos referentes a indenizações vinculadas a garantias concedidas nos termos do presente Anexo deverão ser pagas com recursos provindos do Fundo Fiduciário de Patrocínio.

c) Os ativos do Fundo Fiduciário de Patrocínio deverão ser mantidos e administrados no âmbito da conta conjunta dos membros patrocinadores e serão mantidos separada e isoladamente dos ativos da Agência.

Artigo 3

Chamadas a Contribuições dos Membros Patrocinadores

a) Na medida em que quaisquer pagamentos à Agência por perdas incorridas em função de garantias patrocinadas não puderem ser efetuados recorrendo aos haveres do Fundo Fiduciário de Patrocínio, a Agência chamará todos os membros patrocinadores a pagarem ao Fundo uma parte da quantia em questão a ser determinada de acordo com a Seção (b) do Artigo 1 do presente Anexo.

b) Nenhum membro estará sujeito a efetuar pagamento com base no tipo de convocação prevista neste Artigo se, em virtude desse dispêndio, o total das quantias pagas pelo membro em questão superarem o total das garantias de investimentos por ele concedidas.

c) Por ocasião da expiração de qualquer garantia patrocinada por um membro, as obrigações desse membro diminuirão de um montante equivalente ao montante correspondente à garantia; essa obrigação será também diminuída pro rata por ocasião do pagamento, à Agência, de qualquer indenização referente a um investimento patrocinado, permanecendo em vigor, no entanto, até expirarem todas as garantias de investimentos patrocinados que estiverem em vigor por ocasião do pagamento mencionado.

d) Se qualquer membro patrocinador for isento de contribuir por ocasião de chamadas previstas por este Artigo, em virtude das limitações contidas nas Seções (e) e (c), supra, ou se qualquer membro patrocinador não honrar seu compromisso de integralizar determinado pagamento em função de uma chamada de capital, a responsabilidade por esse pagamento deverá ser dividida pro rata entre os demais membros patrocinadores. A responsabilidade dos membros em função do determinado na presente Seção estará limitada pelo estabelecido nas Seções (b) e (c), supra.

e) Qualquer pagamento de um membro patrocinador em função de uma chamada de capital realizada sob os termos deste Artigo deverá ser efetivado prontamente e em uma moeda de livre curso.

Artigo 4

Avaliação de Moedas e Reembolsos

As disposições relativas à avaliação de moedas e aos reembolsos contida na presente Convenção, no que respeita à subscrição de capital, serão aplicadas, mutatis mutandis, a fundos pagos pelos membros a conta de investimentos patrocinados.

Artigo 5

Resseguros

a) Nas condições previstas no Artigo 1 deste Anexo, a Agência poderá fornecer resseguro a um membro ou a uma sua agência, a uma agência regional - conforme definido na Seção (a) do Artigo 20 da presente Convenção - ou a uma seguradora privada que opere em um país-membro. As disposições do presente Anexo no referente às garantias, bem como as dos Artigos 20 e 21 da presente Convenção serão aplicadas, mutatis mutandis, aos resseguros fornecidos nos termos da presente Seção.

b) A Agência poderá obter resseguros para investimentos por ela garantidos, cobrindo os custos dos mesmos com base no Fundo Fiduciário de Patrocínio. A Junta poderá decidir se e até que ponto as obrigações dos membros patrocinadores no concernente à distribuição dos prejuízos, previstas na Seção (b) do Artigo 1 do presente Anexo, podem ser reduzidas com base na cobertura do resseguro obtido.

Artigo 6

Princípios Operacionais

Sem prejuízo das disposições do presente Anexo, disposições concernentes a operações de garantia nos termos do Capítulo III da presente Convenção e à administração financeira nos termos do Capítulo IV da presente Convenção aplicar-se-ão, mutatis mutandis, a garantias de investimentos patrocinados. Não obstante, (i) esses investimentos qualificar-se-ão para patrocínio caso sejam feitos nos territórios de qualquer membro, e, em particular, de qualquer membro em desenvolvimento, por parte de investidor ou investidores elegíveis nos termos da Seção (a) do Artigo 1 do presente Anexo, e (ii) a Agência não estará obrigada em relação a seus próprios haveres em virtude de qualquer garantia ou resseguro concedido nos termos do presente Anexo, fato que estará expressamente previsto em todo contrato de garantia ou de resseguro assinado nos termos do presente Anexo.

Artigo 7

Da Votação

No concernente a decisões relativas a investimentos patrocinados, cada membro patrocinador contará com um voto adicional

montantes garantidos ou objeto do resseguro com base no seu patrocínio, e cada membro que recoba um investimento patrocinado disporá de um voto adicional por cada 10.000 Direitos Especiais de Saque correspondentes aos montantes garantidos ou ressegurados com relação a qualquer investimento patrocinado realizado em seu território. Esses votos adicionais serão dados apenas no concernente a decisões sobre investimentos patrocinados, desconSIDerando-se sua existência para determinar o poder de voto dos membros.

RELAÇÃO A					
Associação e Subscrições					
País	Categoria/Classe Um	Subscrição			
	Número de Quotas	(milhões de DES)			
África do Sul	943	9,43	Iri, Rep. Islâmica do	1.659	16,59
Alemanha, Rep. Fed.	5.071	50,71	Iraque	350	3,50
Arábia Saudita	3.137	31,37	Israel	474	4,74
Austrália	1.713	17,13	Iugoslávia	935	9,35
Áustria	775	7,75	Jamaica	181	1,81
Bélgica	2.955	29,55	Jordânia	67	0,67
Canadá	718	7,18	Quênia	172	1,72
Dinamarca	20.519	205,19	República da Coréia	449	4,49
Estados Unidos	600	6,00	Kuwait	930	9,30
Finlândia	4.860	48,60	Laos, Rep. Dem. do	60	0,60
Francia	90	0,90	Líbano	142	1,42
Islândia	369	3,69	Lesoto	50	0,50
Irlanda	2.820	28,20	Líbia	50	0,50
Itália	5.095	50,95	Madagascar	549	5,49
Japão	116	1,16	Malawi	100	1,00
Luxemburgo	2.169	21,69	Malawi	77	0,77
Países Baixos	699	6,99	Malásia	579	5,79
Noruega	513	5,13	Maldivas	50	0,50
Nova Zelândia	4.860	48,60	Mali	81	0,81
Reino Unido	1.049	10,49	Malta	75	0,75
Suécia	1.500	15,00	Mauritânia	63	0,63
Suiça					

			País		
			Categoria/Classe Dois		
			Número de Quotas		
			Subscrição		
			(milhões de DES)		
59.473			Maurício	87	0,87
			México	1.192	11,92
			Marrrocos	348	3,48
			Mocimbiçue	97	0,97
			Nepal	69	0,69
			Nicarágua	102	1,02
			Níger	62	0,62
			Nigéria	844	8,44
			Omã	94	0,94
			Paquistão	660	6,60
			Panamá	131	1,31
			Papua Nova Guiné	96	0,96
			Paraguai	80	0,80
			Peru	373	3,73
			Portugal	382	3,82
			Quatar	137	1,37
			România	555	5,55
			Ruanda	75	0,75
			São Cristovão e Nevis	50	0,50
			Santa Lucia	50	0,50
			São Vicente	50	0,50
			São Tomé e Príncipe	50	0,50
			Senegal	145	1,45
			Seichelles	50	0,50
			Serra Leoa	75	0,75
			Cingapura	154	1,54
			Ilhas Salomão	50	0,50
			Sampa Ocidental	50	0,50
			Somália	78	0,78
			Sri Lanka	271	2,71
			Sudão	206	2,06
			Suriname	82	0,82
			Síria, Rep. Árabe da	168	1,68
			Suazilândia	58	0,58
			Tailândia	421	4,21
			Tanzânia	141	1,41

			País		
			Categoria/Classe Dois		
			Número de Quotas		
			Subscrição		
			(milhões de DES)		
Afganistão	118	1,18	Togo	77	0,77
Argélia	649	6,49	Trinidade e Tobago	203	2,03
Antigua e Barbuda	50	0,50	Tunísia	156	1,56
Argentina	1.254	12,54	Turquia	462	4,62
Bahamas	100	1,00	Uganda	132	1,32
Baráin	77	0,77	Uruguai	202	2,02
Bangladesh	340	3,40	Vanuatu	50	0,50
Barbados	68	0,68	Venezuela	1.427	14,27
Belize	61	0,61	Vietname	220	2,20
Benin	50	0,50	Zaire	338	3,38
Butão	50	0,50	Zâmbia	318	3,18
Bolívia	125	1,25	Zimbábue	236	2,36
Botsuana	50	0,50			
Brasil	1.479	14,79			
Burkina Faso	61	0,61			
Burma	178	1,78			
Burundi	100	0,74			
Cameroun	107	1,07			
Cabo Verde	50	0,50			
Campuchéia Democrática	93	0,93			
Rep. Centro-Africana	60	0,60			
Chade	60	0,60			
Chile	485	4,85			
China	3.138	31,38			
Colômbia	437	4,37			
Comoros	50	0,50			
Congo, Rep. Pop. do	65	0,65			
Costa do Marfim	117	1,17			
Costa Rica	104	1,04			
Chipre	50	0,50			
Djibouti	50	0,50			
Dominica	147	1,47			
Rep. Dominicana	121	1,21			
Ecuador	459	4,59			
Egito, Rep. Árabe do	122	1,22			
El Salvador	372	3,72			
Emirados Árabes Unidos	50	0,50			
Guiné Equatorial					

			País		
			Categoria/Classe Dois		
			Número de Quotas		
			Subscrição		
			(milhões de DES)		
Espanha	1.285	12,85			
Etiópia	70	0,70			
Fiji	71	0,71			
Filipinas	484	4,84			
Gabão	96	0,96			
Gâmbia	50	0,50			
Gana	245	2,45			
Grécia	280	2,80			
Granada	50	0,50			
Guatemala	140	1,40			
Guiné	91	0,91			
Guiné-Bissau	50	0,50			
Guiana	84	0,84			
Haíti	75	0,75			
Honduras	101	1,01			
Hungria	564	5,64			
Rep. Árabe do Iêmen	67	0,67			
Rep. Pop. Dem. do Iêmen	115	1,15			
Índia	3.048	30,48			
Indonésia	1.049	10,49			

			RELAÇÃO B		
			Da Eleição dos Diretores		
			1. Os candidatos ao cargo de Diretor serão indicados pelos		
			Governadores, cabendo a cada Governador indicar apenas uma pessoa.		
			2. A eleição dos Diretores deverá ser feita por meio do voto dos		
			Governadores.		
			3. Ao proceder à eleição dos Diretores, cada Governador deverá		
			dar em favor de um candidato todos os votos que o membro por ele		
			representado tiver direito a dar nos termos da Seção (a) do Artigo 40.		
			4. Uma quarta parte do número de Diretores deverá ser		
			selecionada em separado, sendo um por cada um dos Governadores dos		
			membros com o maior número de ações. No caso em que o número total de		
			Diretores não seja divisível por quatro, o número de Diretores		
			colacionados em separado será equivalente a uma quarta parte do número		
			imediatamente inferior que seja divisível por quatro.		
			5. Os demais Diretores serão eleitos pelos outros Governadores		
			de acordo com o disposto nos parágrafos 6 a 11 desta Relação.		
			6. Se o número de candidatos nomeados for igual ao dos cargos de		
			Diretor ainda vagos, todos os candidatos deverão ser eleitos no		
			primeiro escrutínio. No entanto, se um candidato ou candidatos		
			receber(em) menos que o mínimo percentual do total de votos possível		

determinado pelo Conselho para a eleição em pauta, esse(s) candidato(s) não será(ão) eleito(s) no caso em que qualquer candidato tenha obtido mais do que o máximo de votos possíveis determinados pelo Conselho.

7. No caso em que o número de candidatos for superior ao número de vagas por preencher, os candidatos que receberem maior número de votos serão eleitos, a não ser nos casos de candidatos que recebam menos do que o mínimo percentual de votos possíveis determinado pelo Conselho.

8. No caso de que todos os candidatos restantes não possam eleger-se no primeiro escrutínio, será realizado um segundo escrutínio. O candidato ou candidatos não-eleito(s) no primeiro escrutínio serão novamente apresentados para eleição.

9. No segundo escrutínio, a votação será limitada (i) aos Governadores que, no primeiro escrutínio, houverem votado por um candidato não-eleito e (ii) aos Governadores que votaram no primeiro escrutínio em candidato que já havia recebido o percentual máximo de votos possíveis determinado pelo Conselho antes de emitir seu voto.

10. Para determinar quando um candidato recebeu mais do que o percentual máximo de votos possíveis, os votos do Governador que contar com o maior número de votos a serem dados em favor do candidato serão contados em primeiro lugar, contando-se a seguir os votos do Governador que detenha o número de votos imediatamente menor e assim por diante até alcançar o percentual necessário.

11. No caso em que nem todos os Diretores restantes sejam eleitos em segundo escrutínio, proceder-se-á a novos escrutínios até que todos os Diretores tenham sido eleitos. No entanto, quando somente restar um Diretor para ser eleito, esse Diretor poderá ser escolhido por uma maioria simples dos votos restantes, passando-se a considerar ter sido ele eleito por todos esses votos.